

OS PROGRAMAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTOS E/OU RECURSOS PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS:

uma análise no campo educacional CEFET-RN Mossoró.

Ana Josiane Dantas de Freitas¹
Louise Melo de Moraes Vale²
Gilcélia Batista de Góis³
Magnólia Maria Rocha de Melo⁴

RESUMO

O trabalho em tela, objetiva por meio de uma reflexão, a respeito das Políticas Sociais no transcorrer da história, demonstrar a importância das mesmas, tanto no aspecto da manutenção da ordem social quanto de beneficiadora e possibilitadora de acesso a direitos, focalizando nas políticas de caráter educacional. E, dessa forma, retrata a relevância de seus instrumentos – planos, programas e projetos – e do papel dos mesmos, para consolidar o acesso e a permanência dos cidadãos brasileiros a educação, mesmo que seja de modo incipiente. Como pode ser observado no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio do Norte (CEFET-RN Mossoró).

Palavras chaves: Programas Sociais; Direitos; Educação.

ABSTRACT

The work in screen, aims at through a reflection, regarding the Social Politics in elapsing of the history, to demonstrate the importance of the same ones, so much in the aspect of the maintenance of the social order as of to benefit and to make possible from access to rights, focalizing in the politics of educational character. And, in that way, it portrays the relevance of your instrumental ones - plans, programs and projects - and of the paper of the same ones, to consolidate the access and the Brazilian citizens' permanence the education, even if is in an incipient way. As it can be observed in the Federal Center of Technological Education of Rio of the North (CEFET-RN Mossoró).

Keywords: Social programs; Rights; Education.

1 INTRODUÇÃO

O artigo ora exposto objetiva promover uma reflexão a respeito da importância intrínseca nas Políticas Sociais e de seus instrumentais, os quais viabilizam as mesmas, como mecanismos de garantia e ampliação de direitos e oportunidades aos cidadãos brasileiros, especialmente, os de baixa renda.

¹Aluna do 7º período do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

²Aluna do 7º período do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (FASSO)-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

³Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mestre em Meio Ambiente pela UERN.

⁴Mestre em Serviço Social pela UFRN e Supervisora de Estágio Curricular do campo CEFET-RN.

Com esse intuito, realizou-se no corpo do texto uma análise histórica das Políticas Sociais, enfatizando-se a relevância dos planos, programas e projetos como possibilitadores das ações educacionais; e, por fim, transcorreu-se a respeito da expressão desses instrumentais no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN Mossoró), com a perspectiva de explicitar a atuação dos programas sociais, os quais buscam o máximo de proximidade com as problemáticas enfrentadas no referido espaço de educação, almejando contribuir com a minimização da evasão, propiciando suporte educacional ao alunado.

2 HISTORIANDO AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

O Capitalismo Monopolista surge nas últimas décadas do século XIX como sucessor do Capitalismo Concorrencial, reafirmando um sistema de contradição, antagonismo de classes, exploração e alienação. Apresenta como objetivo primordial o acréscimo de lucros pelo controle dos mercados, acirrando a luta entre os monopólios, que buscava acima de tudo o controle da produção interna, tendo como contrapartida o acréscimo da pauperização e miserabilidade, desencadeando a organização da classe trabalhadora, a qual reivindicava os seus direitos sociais e de cidadania, tais como: melhores condições de trabalho e oportunidades dignas de vida.

Em meio a esse contexto o “comitê executivo” da burguesia dar origem as Políticas Sociais a fim de utilizá-las frente às seqüelas dos problemas emergentes na sociedade. Tendo em vista uma suposta ameaça ao poder burguês, as Políticas Sociais vêm a atuar como estratégias do Estado para administrar os ciclos de crise do capital, além de confortar os trabalhadores, minimizando a grande euforia desses sobre o sistema opressor do capitalismo.

Diante disso, em se tratando do Brasil, as Políticas Sociais implementadas, no decorrer da história, “se manifestam concretamente na tensão contraditória entre acumulação e equidade” (FALEIROS, 2000, p. 43). Essas são focalizadas na tentativa de suprir o mínimo das necessidades dos sujeitos encontrados em situação de risco e, ao mesmo tempo, possui a função de manter o status de poder do governo vigente.

Desde o regime Vargas – quando as Políticas Sociais se fortaleceram no país –, essa ideologia já era implantada, visando à substituição dos conflitos pela colaboração das massas. Assim, o que se observava era a existência de políticas limitadas e direcionadas para o benefício de categorias, exatamente as que desafiavam o poder em vigor. Ressaltando, desse modo, o papel consensual das Políticas Sociais, o qual se afirmara com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942.

Esse modo de administrar as Políticas Sociais continuou a ser concebido nos governos que se seguiram. Salientando que com a ditadura militar houve uma grande repressão popular, devido a isso, observa-se nesse período que as Políticas Sociais eram utilizadas para eleger candidatos, por meio dos currais eleitorais, os quais manipulavam a população na escolha de governantes anteriormente determinados.

Em contrapartida a essa repressão, resulta da união da Igreja Católica com a luta operária em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT), rompendo com a mordida partidária da ditadura, a qual só admitia dois partidos, além, de tencionar o bloco militar que estava no poder a obter o apoio da população com certas medidas sociais.

Contudo, apenas com a Constituição Federal de 1988, legitimou-se o modo de administração do país como liberal-democrático-universalista. Isso ocorre na medida em que se inserem na legislação os direitos dos segmentos minoritários (mulher, índios, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes etc.) da sociedade. E, também, com a inclusão do conceito de Seguridade Social que compreende direitos a saúde, previdência e assistência social.

No entanto, os governos posteriores não executaram o que estava em vigor na Constituinte, como o governo Sarney, que promoveu o desmonte das Políticas Sociais, reduzindo os programas de habitação, sucateando a saúde, controlando as verbas da educação e distribuindo cargos para se manter no poder além do tempo constitucional do seu mandato.

Levando em conta o caráter das Políticas Sociais, as quais, historicamente, já não atendiam as expectativas da população brasileira, ressalta-se que com a adoção plena das Políticas Sociais neoliberais, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, as características de seletividade, focalização e precarização são nitidamente ampliadas. Assim, passa-se a utilizar o conceito de reformas para mudanças que trazem consigo diversas perdas, no que se refere aos direitos conquistados pela classe subalterna, o que na verdade, configura-se na linguagem de diversos autores como contra-reformas. Desse modo, as Políticas Sociais são as primeiras a sofrerem essas transformações, tendo início com a Reforma da Previdência e, hoje, sendo visíveis em amplos setores sociais, inclusive na educação – a exemplo do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Outros aspectos trazidos pelo neoliberalismo, na década de 1990, foram: a privatização; o corte dos gastos sociais; a canalização dos gastos públicos para programas seletivos contra a pobreza; e a descentralização. Essa última, de acordo com o seu discurso, pretendia “democratizar a ação pública” (LAURELL, 2002, p. 174), mas, na prática esse princípio é simplesmente utilizado como incentivo a privatização e ao processo de gerenciamento, ocorrendo de dois modos: na divisão de funções entre as esferas governamentais – Federal, Estadual e Municipal –, e, também na transferência de

responsabilidades do Estado para a Sociedade Civil, especialmente as ONGs e as empresas.

Além disso, a descentralização trás em seu bojo um discurso de participação da sociedade na fiscalização e controle das Políticas Sociais, por meio da criação de órgãos como os Conselhos, os quais apresentam paridade entre Estado e sociedade, como mecanismo de equilíbrio nas decisões. Contudo,

a relação entre estado e sociedade civil nos conselhos se dá num contexto permeado de referências autoritárias. O enorme poder de controle dos governos sobre os conselhos coloca muitas dúvidas a cerca das reais condições de estes virem a exercer sua vocação deliberativa, que costuma depender de importância que o projeto político do governo, em cada caso específico, confere ao princípio de participação social (TATAGIBA, 2002, p. 88).

Portanto, as Políticas Sociais com a ofensiva neoliberal, sofrem várias deficiências, como: não concebem proteção social a todos os setores populacionais, dicotomizando o cliente e o consumidor; oferece benefícios diversificados, estratificando os beneficiários; e praticamente inexistem políticas relevantes na geração de emprego e intervenção no mercado de trabalho (LAURELL, 2002, p. 170).

Enfim, é perceptível que as Políticas Sociais sofrem inúmeras conseqüências do neoliberalismo e que em seu âmago estão repletas de restrições e limitações, que evidentemente não podem converter-se em resultados positivos para a pobreza e exclusão social. Tendo em vista que, essas políticas, enquanto gestão estatal da força de trabalho articulando as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social, apresentam sua real importância, ao passo em que, seu duplo viés consiste no controle das massas pela classe dominante vigente, em contrapartida, na garantia de mínimos necessários as condições dignas de vida a população miserabilizada.

2.1 Planos, programas e projetos: instrumentos operacionais das políticas sociais da educação

Tendo em vista, a importância das Políticas Sociais mencionadas anteriormente, e, enfatizando as de caráter educacional, as quais constituem medidas especiais e temporárias implementadas pelo Estado, com a finalidade de eliminar desigualdades sociais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras – historicamente acumuladas –, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como a compensação de perdas provocadas pela discriminação e marginalização, faz-se mister, para as suas concretizações, o planejamento de ações e metas expressas nos planos, programas e projetos.

Nesse sentido, torna-se imprescindível o usufruto de planos como instrumentos que viabilizam “as decisões de caráter geral [...], suas grandes linhas políticas, estratégias, diretrizes e responsabilidades” (FRITSCH, 1999, p.33), a fim de propiciar a seleção de problemas, estabelecendo-se áreas de concentração dos mesmos, almejando solucionar aqueles. Como podemos analisar no Plano Nacional da Educação que fornece linhas gerais dos vários segmentos da mesma (Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio –; Educação Superior; Educação de Jovens e Adultos; Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Tecnológica e Formação Profissional; Educação Especial; e Educação Indígena), objetivando promover a melhoria do ensino para garantir uma maior permanência do alunado nas instituições, além de buscar a democratização, ampliando a participação dos profissionais da educação e da comunidade nas decisões de âmbito escolar.

Buscando atender as demandas de cada um dos segmentos mencionados, de modo mais específico, torna-se fundante o papel dos programas, os quais compreendem “um aprofundamento do plano, onde os objetivos específicos deste irão se constituir nos objetivos gerais do programa” (FRITSCH, 1999, p.33), ao mesmo tempo em que, “estabelece as prioridades nas intervenções, ordena os projetos e aloca recursos setorialmente” (CURY, 2001, p. 43). Podendo ser visualizado nas atividades propostas pelo Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED), o qual tem por objetivo “melhorar a qualidade e a eficiência do ensino médio, expandir sua cobertura e garantir maior equidade social”¹.

Na tentativa de solucionar, de forma ainda mais delimitada, determinadas problemáticas expressas por uma realidade, tem-se os projetos, que se referem a um “conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico, com o objetivo bem definido e prazo determinado”². Assim, como se constata no Projeto Alvorada, de iniciativa do Governo Federal, cujas linhas de ação são as seguintes: “propiciar as condições necessárias para que crianças e adolescentes possam freqüentar e concluir o ensino fundamental e o médio; assegurar assistência médica, em especial de caráter preventivo, e melhorar as condições de saneamento básico; ampliar as oportunidades de trabalho e renda”³.

Mediante o exposto, torna-se perceptível o benefício desses recursos para garantia de direitos e oportunidades aos cidadãos brasileiros, especialmente, os de baixa renda, como se pode observar na instituição educacional CEFET-RN Mossoró, a qual busca, por meio de sua política inclusiva, assegurar a permanência do alunado no âmbito escolar, a fim de formá-los para a vida e para o mercado de trabalho.

¹Exposto no site: <http://www.fn-de.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/promed/promed.html>, acessado em 09 de abril de 2007, às 19h00.

²Retirado do glossário contido no site: www.inep.com.br, acessado em 09 de abril de 2007, às 19h15.

³Encontrado no site: <http://portal.mec.gov.br/>, acessado 09 de abril de 2007, às 19h30.

3 OS INSTRUMENTAIS DAS POLÍTICAS SOCIAIS POSTOS EM PRÁTICA NO CEFET-RN MOSSORÓ E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS DISCENTES

O CEFET-RN Mossoró está situado na região semi-árida, a 277km da capital do Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente no município de Mossoró, no bairro Ulrich Graf, na rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400. Os serviços educacionais prestados por esse centro educacional abrangem boa parte da região oeste do estado, tendo a função social⁵ de:

promover educação científico-tecnológico-humanística visando à formação integral do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido efetivamente com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de atuar no mundo do trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A fim de atender as atividades educacionais, a referida instituição possui um Plano de Ação anual, o qual se constitui em duas vertentes: educacional – voltada para o ensino, pesquisa e extensão – e de manutenção – direcionada a aquisição de materiais e equipamentos, destinados ao cuidado com a conservação da estrutura física.

A elaboração deste plano se dá de forma democrática, posto que há o envolvimento dos técnicos(as) administrativos(as), docentes e alunos(as), na medida em que, por meio de seus representantes, as demandas diagnosticadas são discutidas nas reuniões destinadas ao citado planejamento. Nelas são retiradas metas a serem efetivadas a curto, médio e longo prazo, as mesmas de caráter flexível de acordo com as necessidades do cotidiano.

Tendo em vistas que, no referendado centro tecnológico há um relevante número de alunos(as) carentes, surgem do citado plano anual, metas as serem concretizadas de forma emergente, estas desenvolvidas por meio de programas de responsabilidade do setor de Serviço Social, sendo esses: o Programa Bolsa de Trabalho – constitui em uma bolsa de R\$ 145,00 mais almoço diário para prestar serviços nos diversos setores da Instituição, no horário inverso ao da aula, beneficiando trinta discentes – e o Programa Bolsa Alimentação – trata-se da disponibilidade de mais ou menos 20 almoços diários, além dos disponíveis aos bolsistas do programa anterior, que visa beneficiar, principalmente, alunos(as) de outras cidades que precisam ficar na escola no horário inverso ao da aula e que, por sua vez, não têm condições de custear esta refeição por vários dias. Saliendo que para ter direito a esses serviços, o(a) aluno(a) deve comparecer ao Serviço Social e efetuar o seu cadastro fazendo-se necessário os seguintes documentos: cópia da

⁵De acordo com o Projeto Político-Pedagógico do CEFET-RN: um documento em construção. Volume I. Natal (RN): Ministério da Educação, 2005, Retirado do site: www.cefetrn.br, em 10 de agosto de 2006, às 14h00.

Declaração ou Isenção de Imposto de Renda, dos comprovantes de renda familiar, água, luz, telefone e rendimentos escolares, além de uma foto 3x4.

Em se tratando dos projetos desenvolvidos no interior da Instituição, têm-se os de Iniciação Científica, caracterizados pelas ações de pesquisa vinculadas ao ensino e a extensão, as quais objetivam medrar soluções tecnológicas a comunidade externa do CEFET-RN Mossoró, assim como, a sua própria melhoria. Na atualidade, existem doze projetos em andamento, nas mais diversas temáticas, relacionadas aos cursos técnicos oferecidos pelo centro escolar, e, áreas afins.

Portanto, esses instrumentais validam o acesso e a permanências dos alunos no centro escolar, pois visam melhores condições de ensino e estada dos discentes na Instituição, cada qual contribuindo de modo particular, seja por meio da garantia de uma boa infra-estrutura, recursos pessoais e tecnológicos e oferta de auxílios financeiros oriundos de bolsas, ou, a partir do incentivo a pesquisa e extensão, os quais proporcionam, também, a aquisição e ampliação do conhecimento.

4 CONCLUSÃO

Fica evidente no trabalho referendado que, apesar das Políticas Sociais possuírem o caráter de controle social da população vulnerabilizada, as mesmas oferecem grande suporte aos mais necessitados quando viabilizam, mesmo que pontualmente e de forma fragmentada, algum direito. Tornando-se imprescindíveis a manutenção das possibilidades mínimas de vida do ser humano.

Desse modo, os planos, programas e projetos são de fundamental relevância, posto que, cada qual, com o seu papel específico, trabalha da tentativa de minimizar as problemáticas que mais afetam as mais diversas áreas, a fim de garantir direitos a todo e qualquer cidadão brasileiro, a exemplo da educação, do acesso e da permanência na escola.

Assim como, se pode observar no CEFET-RN Mossoró, o qual busca concretizar sua política inclusiva por meio dos Programas destinados aos alunos de baixa renda, almejando desenvolver estratégias que mantenham o alunado com esse perfil sócio-econômico na Instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

CURY, Tereza Christina Holl. Elaboração de projetos sociais. In: **Gestão de projetos sociais**, São Paulo: AAPCS, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e descentralização das políticas sociais no Brasil. In: **Capacitação continuada para Assistentes Sociais**. Módulo III. Brasília: UNB / CEAD / CFESS, 2000.

FRITSCH, Rosângela. Planejamento: fundamento histórico-teórico-metodológico. In: **Capacitação profissional em Serviço Social**. Porto Alegre: CRESS 1ª Região, 1999.

LAURELL, Ana Cristina. Avançando em direção ao passado: a política do neoliberalismo. In: **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democracia das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra / UNICAMP, 2002.

SITES:

<http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/promed/promed.html>, acessado em 09 de abril de 2007, às 19h00.

www.inep.com.br, acessado em 09 de abril de 2007, às 19h15.

<http://portal.mec.gov.br/>, acessado em 09 de abril de 2007, às 19h30.

www.cefetrn.br, acessado em 10 de agosto de 2006, às 14h00.